

ANC p3

Constituição e século 21

-2 SET 1988

WALTER BARELLI FOLHA DE SÃO PAULO

Definida a nova Constituição brasileira, é possível refletir sobre sua contribuição para o futuro de nossa organização social. Um aspecto pouco discutido diz respeito a preparação das novas gerações para o trabalho, em especial para as novas tecnologias.

É sabido que a nova base tecnológica, baseada na microeletrônica, afeta o processo de trabalho.

Como Benjamin Coriat, professor da Universidade de Paris, demonstrou no seminário "Brasil Século 21" da Unicamp, o trabalho fabril é modificado tanto com a substituição ou o desemprego de operários, como com a criação de novas profissões e alterações em muitas das ocupações já existentes.

A preparação para a virada do século depende de instituições que tornam possível quer atender os trabalhadores excluídos ou marginalizados pelas novas técnicas, quer permitir que a mão-de-obra tenha as aptidões exigidas pelos novos processos.

A Constituição não foge desses problemas. Tem uma definição clara no que se refere à automação, considerando como direito

social "a proteção em face da automação, nos termos da lei". Não é o princípio postulado pelo movimento sindical que propõe a constituição de comissões paritárias para discussão antecipada de todos os aspectos que venham a alterar o processo de trabalho, mas cria a possibilidade de se vir a legislar a respeito, sob a ótica dos trabalhadores. Também é estabelecido o seguro desemprego que pode minorar consequências negativas do processo de modernização, desde que a ordem econômica tenha como princípio fundamental o pleno emprego. A participação obrigatória dos sindicatos nas negociações coletivas possibilitará sempre um campo para o atendimento de condições específicas e também para a redução progressiva da jornada de trabalho, dentro das tendências mundiais.

Há, no entanto, um aspecto que reputo fundamental para a formação do futuro trabalhador. É o que foi definido como "assistência gratuita aos filhos dependentes de até seis anos de idade, em creches e pré-escolas".

A preparação para o trabalho exige o desenvolvimento de aptidões e conhecimentos, o que se

consegue com a escolarização. As creches e a pré-escola são mais que locais onde as crianças ficam protegidas e alimentadas enquanto seus pais trabalham. A socialização conseguida possibilita uma preparação para a vida e principalmente para a vida associativa. Pesquisas recentes mostram que a criança que fez pré-escola costuma ter mais facilidades de aprendizado e concluir sucessivas fases escolares.

Embora não seja a escolaridade formal o fator de profissionalização, como querem os recrutadores de mão-de-obra, a escola permite o desenvolvimento de capacidades valorizadas no mundo do trabalho. Quanto mais escolarizada a população, maior a possibilidade de assimilar novas e diferentes tarefas. Alguns industriais brasileiros já descobriram isso e localizam suas indústrias em regiões onde é maior a disponibilidade de mão-de-obra escolarizada, como vem acontecendo no eixo da via Anhanguera, em São Paulo e no Sul de Minas Gerais. Uma visão do que aconteceu com o Japão e do que se passa na Coreia do Sul mostra que investir em educação significa investir na preparação da mão-de-obra.

Dirão alguns que a falência do Estado impedirá essa ampliação da escolaridade do brasileiro. No entanto, a própria Constituição criou os meios para isso. "A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, inclusive a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino". Talvez esse fato tenha impedido que setores conservadores atacassem o direito dos filhos dos trabalhadores a creches e pré-escolas. Há recursos e com eles é possível preparar as futuras gerações para operar, controlar e gerir novos processos. Não que a escola precise se subordinar aos interesses do capital ou dos donos de indústrias. A formação escolar deve ser eminentemente crítica e preparar o cidadão para suas funções sociais, entre elas o trabalho. No entanto, desenvolvendo o indivíduo, ela está lhe possibilitando "régua e compasso" também para sua vida profissional.

WALTER BARELLI, 49, economista, é diretor-técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) e professor do Programa de Pós-Graduação em Economia da PUC-SP.